
Ata nº 107 / XIII / 3.ª SL

Aos dezasseis dias do mês de janeiro de 2018, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, tendo a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Audição do Presidente do Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, IP, Embaixador Luís Faro Ramos

2. Informações gerais

3. Apreciação e votação do parecer da Proposta de Resolução n.º 59/XIII/3.ª - Aprova o Protocolo Adicional ao Tratado entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde no Domínio da Fiscalização Conjunta de Espaços Marítimos sob a Soberania ou Jurisdição da República de Cabo Verde, assinado em Lisboa a 17 de dezembro de 2014.

- Deputado autor do parecer: Rui Silva – PSD

4. Apreciação e votação do parecer da Proposta de Resolução n.º 60/XIII/3.ª Aprova o Acordo de Sede entre a República Portuguesa e o Tribunal Permanente de Arbitragem, assinado em Lisboa, em 16 de junho de 2017.

- Deputada autora do parecer: Paula Teixeira da Cruz – PSD

5. Apreciação e votação do relatório da Proposta conjunta de **DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar, em nome da União, na Comissão Ministerial Mista e na Comissão Mista de Cooperação criadas pelo Acordo de Parceria Estratégica entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Canadá, por outro, no que respeita à adoção do regulamento interno da Comissão Ministerial Mista, do mandato da Comissão Mista de Cooperação e do mandato das subcomissões criadas pela Comissão Mista de Cooperação - **JOIN (2017) 40****

- Deputada autora do relatório: Lara Martinho – PSD

6. Apreciação e votação do parecer sobre o Anteprojeto de Deliberação de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República, prevendo a criação do Grupo Parlamentar de Acompanhamento das Comemorações do V Centenário da Circumnavegação comandada pelo navegador português Fernão de Magalhães (2019-2022)

7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo parlamentar do PS, para a audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, acerca da Base das Lajes.

8. Distribuição de iniciativas legislativas e nomeação dos autores dos pareceres:

- Proposta de Resolução n.º 61/XIII/3.ª Aprova o Protocolo relativo a uma Emenda à alínea a) do artigo 50.ª da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal, a 6 de outubro de 2016

Deputado autor do parecer: PS

- Proposta de Resolução n.º 62/XIII/3.ª Aprova a Convenção do Conselho da Europa Relativa à Contrafação de Medicamentos e Infrações Semelhantes que Envolvam Ameaças à Saúde Pública, aberta a assinatura em Moscovo, em 28 de outubro de 2011

Deputado autor do parecer: BE

- Proposta de Resolução n.º 63/XIII/3.ª Aprova a Convenção do Conselho da Europa contra o Tráfico de Órgãos Humanos, aberto a assinatura em Santiago de Compostela, em 22 de março de 2015

Deputado autor do parecer: PSD

9. Distribuição e nomeação do autor do parecer da Conta Geral do Estado de 2016

- Deputado autor do parecer: BE

10. Aprovação de atas:

Ata n.º 104/XIII, de 30 de novembro de 2017;
Ata n.º 105/XIII, de 05 de dezembro de 2017;
Ata n.º 106/XIII, de 12 de dezembro de 2017.

11. Outros assuntos.

Foi dado início à sessão, presidida pelo Senhor **Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS)**, o qual deu as boas-vindas aos Senhores Deputados presentes.

No primeiro ponto da ordem do dia, foi dada a palavra ao Senhor **Embaixador Luís Faro Ramos, Presidente do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.**, após os esclarecimentos prestados sobre a grelha de tempos.

O Senhor **Embaixador** cumprimentou os Senhores Deputados presentes e iniciou a sua alocução referindo que o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (Instituto Camões) é uma instituição como um papel central na cultura portuguesa, na cooperação

para o desenvolvimento e no desenvolvimento da política externa portuguesa e sublinhou o facto de ser o primeiro Embaixador a ser nomeado para o exercício destas funções. Prosseguiu, fazendo menção ao facto de o valor do orçamento para 2018 ter aumentado, fruto do crescimento nas áreas de intervenção e do reconhecimento das atividades desenvolvidas. Sublinhou as melhorias introduzidas no novo portal Camões, de forma a, torná-lo mais acessível, estando previsto disponibilizar os seus conteúdos em mandarim e castelhano. Referiu também a iniciativa “Camões dá que falar”, um ciclo de conversas informais, convidando os Senhores Deputados a tomarem parte no evento, no dia 25 de janeiro, pelas 18 horas, sendo convidado o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado.

No âmbito da cooperação, destacou que o ano de 2018 será um ano de consolidação do trabalho desenvolvido em anos transatos, referindo que o trabalho do Instituto, nesta área, abrange não só a cooperação para o desenvolvimento mas também a cooperação delegada e a cooperação triangular com alguns países da América do Sul e, sobre esta última, informou que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) já se mostrou interessada neste tipo de cooperação. Sobre o Fundo de População das Nações Unidas e, tendo em conta, a Resolução n.º 181/2017 de 3 de agosto, referiu que a contribuição do Estado Português ascende aos 70 mil euros. Em relação à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) inscritos na Agenda 2030, ao nível bilateral, referiu terem sido desenvolvidos projetos de cooperação com Estados-membros da CPLP e com países da África do Norte e Ocidental, assim como, com países da América do Sul. No que diz respeito ao âmbito cultural, referiu, nomeadamente, que Portugal estará nas feiras do livro de Guadalajara, Bogotá, Leipzig e Frankfurt e que no mês de junho terá lugar o dia de Portugal nos EUA e serão celebrados os 20 anos da atribuição do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago.

No que diz respeito à Língua Portuguesa, o Instituto Camões pretende prosseguir os três princípios i.e. conteúdos, creditação e certificação (3c) e a coordenação do ensino de português no estrangeiro continuará a abranger crianças e jovens, o ensino do português como Língua de Herança, assim como, o ensino do português como língua de negócios e de ciência. Para tanto, constitui um objetivo estratégico a adoção da Língua Portuguesa a língua oficial das Nações Unidas, sendo necessário dedicar mais recursos à tradução para língua portuguesa e a formação de tradutores, e, ao nível da

CPLP, dinamizar o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, sedado em Cabo Verde.

Terminada a intervenção inicial do Senhor **Embaixador**, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado José Cesário (PSD)**, o qual cumprimentou o **Senhor Presidente do Camões** e desejou-lhe um bom mandato. Referiu que o papel central do Instituto Camões deve ser a promoção da Língua Portuguesa mas também conjugar os diversos aspetos da cooperação, apoio às comunidades e da política cultural. Mencionou que, segundo aquilo que foi divulgado, uma das razões pelas quais foi escolhido para este cargo, prende-se com o facto de, o Governo pretender elevar o português a língua oficial das Nações Unidas. Nessa medida, qual é a estratégia a adotar e qual é a articulação entre o Instituto Camões e Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)? No que respeita à ajuda ao desenvolvimento, qual tem sido a evolução dos projetos, qual tem sido o contributo, que novos projetos têm sido desenhados e apoiados para os países da CPLP? No que respeita ao ensino da Língua Portuguesa, recordou que o Governo em que participou foi criticado pela introdução da propina ou taxa de frequência, tendo introduzido o projeto de certificação das redes de Ensino de Português no Estrangeiro (rede EPE) e apoiada, o programa de ensino e leitura, a distribuição de livros e bibliotecas e a integração da Língua Portuguesa nos currículos de ensino dos países de acolhimento. O Governo atual deu continuidade a estes projetos, congratulando-se com isso. Referiu que, da leitura dos relatórios de emigração e, sabendo que houve um aumento da emigração, questiona porque houve uma redução das redes EPE e apoiada, o que está previsto fazer para inverter esta situação e promover o crescimento das mesmas.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado**, foi dada a palavra ao Senhor **Embaixador** para responder. Em relação à aposta de elevar o português a língua oficial das Nações Unidas, a estratégia passa pela formação de mais tradutores e pela mobilização dos Estados-membros da CPLP, em particular Cabo Verde, para esta causa. Sobre a Política de Cooperação referiu estar em vigor um programa com Moçambique, sendo que, estes programas de cooperação são desenhados de acordo com as necessidades do país beneficiário. A avaliação dos mesmos é feita de modo regular, em conjunto com o país parceiro. Referiu não existirem programas de cooperação da nova geração com timor leste, porque o país não se encontra estabilizado, nem com Angola. Esclareceu que a ideia de que existe uma redução das

redes EPE e apoiada é contrariada pelos dados de 2017, os quais ainda não estão publicados. Saliu o crescimento do número de alunos e de cátedras e referiu o exemplo do acordo celebrado com o Grão-Ducado do Luxemburgo sobre o ensino complementar.

Terminada a intervenção do Senhor **Embaixador**, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)**, o qual cumprimentou o Senhor Embaixador desejou-lhe um bom mandato. Referindo que a atividade do Instituto Camões possui diversos eixos centrais, os quais, contribuem para a presença de Portugal no mundo, demonstrando levar a cabo um trabalho extraordinário no âmbito da afirmação externa da língua, cultura e cooperação. No âmbito das duas primeiras, esse trabalho pode ser equiparado a outros institutos tais como, o *Institut Français*, o *Goethe Institut*, o *Instituto Cervantes*, etc. Assim, no âmbito das orientações estabelecidas pelo Governo para a ação cultural externa, internacionalização da cultura e da Língua Portuguesa, questionou o Senhor Presidente do Instituto Camões sobre quais foram as medidas tomadas até ao momento. Lembrou também ser da maior importância o apoio do Estados-membros da CPLP na divulgação da Língua Portuguesa, questionando sobre que tipo de cooperação existe entre aqueles e o Instituto Camões. Pediu mais esclarecimentos sobre o estudo que vai ser levado a cabo por seis universidades sobre a Língua Portuguesa como Língua de Herança e sobre a possibilidade de promoção da língua através de canais de rádio e televisão, tais como, a RDP e a RTPi.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado**, foi dada a palavra ao Senhor **Embaixador** para responder. Este esclareceu que os Institutos de línguas citados apenas fazem a promoção da língua e cultura, ao passo que, o Instituto Camões faz essa promoção e a cooperação para o desenvolvimento. Referiu que, no ano de 2017, pela primeira vez, o MNE e o Ministério da Cultura trabalharam em conjunto para desenhar a ação cultural externa, tendo sido esse ano um ano de aprendizagem, razão pela qual, o ano de 2018 será um ano de consolidação. Lembrou que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2016, de 30 de novembro de 2016, define um conjunto de orientações gerais para a articulação da política de internacionalização do ensino superior e da ciência e tecnologia com as demais políticas públicas de internacionalização, ao qual acresce, também no âmbito da internacionalização, a criação do estatuto da empresa promotora da língua portuguesa - Decreto Regulamentar n.º 3/2017 de 28 de abril de 2017. No âmbito da cooperação para o

desenvolvimento, referiu existir ainda um caminho a fazer no âmbito da CPLP, esperando que a presidência de Cabo Verde traga um novo fulgor. Quanto ao estudo referido, este envolve universidades portuguesas e estrangeiras e é certamente uma iniciativa de muito mérito que dará bons resultados.

Terminada a intervenção do Senhor **Embaixador**, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)**, o qual cumprimentou o Senhor **Embaixador** e desejou-lhe um bom mandato. Fez uma introdução sobre a importância da missão desempenhada pelo Instituto Camões na promoção da Língua Portuguesa no estrangeiro lembrando que, no cumprimento dessa missão de internacionalização, não deve deixar para trás, porque muito relevante, a promoção do ensino da Língua Portuguesa como Língua de Herança. Constituindo o direito à educação, à cultura e ao ensino, direitos previstos na Constituição da República Portuguesa (CRP) – artigos 73.º e 74.º - existe uma obrigação constitucional e uma responsabilidade do Estado em garantir a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino da Língua Portuguesa aos cidadãos luso-descendentes. Nessa medida, a propina introduzida em 2013 pelo XIX Governo Constitucional (PSD/CDS-PP), para o ensino da Língua Portuguesa no estrangeiro, constitui um entrave financeiro e económico no acesso ao ensino e à cultura Portuguesa, provocando uma situação de desigualdade entre os cidadãos luso-descendentes e os cidadãos que residem em território português e, pondo em causa, a ligação daqueles a Portugal. Desse modo, é entendimento do Grupo Parlamentar do BE que aqueles cidadãos se encontram ainda a pagar a fatura da austeridade imposta pelo referido Governo, uma vez que, resulta dos esclarecimentos do Senhor Embaixador que, foi criada uma dependência económica no financiamento da rede de cursos do ensino português no estrangeiro. Esta situação merece o repúdio do seu Grupo Parlamentar pois os custos que aqueles cidadãos continuam a suportar já não deveriam existir. No que respeita à transferência dos docentes vinculados ao Ministério da Educação para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, esta provocou uma perda de direitos relativos a férias e à licença de parentalidade. De igual forma, deixou de haver equidade no acesso a concursos de colocação de professores entre os Professores residentes em território português e aqueles que exercem a sua atividade no estrangeiro.

Concluiu, enfatizando que é necessário o Instituto Camões, na sua missão de internacionalização, valorizar a Língua Portuguesa como Língua de Herança e não, somente, como língua de ciência e língua de negócios.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado**, foi dada a palavra ao Senhor **Embaixador** para responder. Esclareceu que a área do ensino da Língua Portuguesa como Língua de Herança não está fora da atuação do Instituto Camões. Concordou que a oferta do ensino da Língua Portuguesa como Língua de Herança a crianças e jovens Portugueses, residentes no estrangeiro, é uma constitucional e, nessa medida, relembrou os acordos celebrados com o Grão-Ducado do Luxemburgo e com a República Francesa sobre o ensino da Língua Portuguesa. Esclareceu existirem três modalidades de ensino da Língua Portuguesa no estrangeiro i.e. ensino paralelo, integrado e complementar, sendo a propina exigida, apenas no âmbito do ensino paralelo. Informou que a receita proveniente da propina cobrada se destina a financiar atividades, tais como, a formação de Professores, a aquisição de manuais, a certificação a aquisição de bibliotecas escolares e de atividades culturais.

No que respeita à situação profissional dos docentes referiu que o Regime jurídico do ensino de português no estrangeiro trouxe vantagens no que respeita aos limites de renovação das comissões de serviço. No que respeita ao gozo da licença de parentalidade e de férias, este rege-se pelas disposições aplicáveis da Lei de Trabalho em Funções Públicas, com as especificidades previstas no referido regime, o qual determina que, no caso das férias, estas só possam ser gozadas entre o termo de um ano letivo e o início do ano letivo seguinte, não permitindo, logo a seguir ao fim do período do gozo da licença de parentalidade que o docente goze o direito a férias. Sublinhou, para tanto que, a legalidade deste entendimento jurídico foi sufragada pela Provedoria de Justiça. Terminou, referindo que os docentes que prestem trabalho na rede EPE não estão impedidos de se candidatarem a concursos de colocação de professores.

Terminada a intervenção do Senhor **Embaixador**, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Filipe Lobo D'Ávila (CDS)**, o qual cumprimentou o Senhor **Embaixador** e desejou-lhe um bom mandato. Começou por referir que os objetivos estabelecidos pelo Instituto Camões são ambiciosos, questionando se se tratam de proclamações ou de um efetivo reforço da promoção da Língua Portuguesa e perguntando qual é a avaliação

que faz dos meios que tem ao dispor. No que respeita à política dos 3c e a expansão da Língua Portuguesa do ponto de vista económico, questionou sobre o que falta fazer e sobre como funciona a cooperação do Instituto Camões com a AICEP e com as empresas promotoras da língua portuguesa. Sobre a propina introduzida em 2013, pelo Governo anterior, lembrou que este foi massacrado durante quatro anos pela oposição mas o Governo atual mantém-na. Nessa medida, questionou se a referida propina é fundamental para assegurar o ensino da Língua Portuguesa no estrangeiro, perguntando também quais são as vantagens e quais riscos da sua manutenção. Sobre o protocolo assinado com a Porto Editora, relativo à plataforma de ensino a distância, perguntou se existe um número atualizado de utilizadores e sobre os espoliados das ex-colónias portuguesas, questionou sobre qual tem sido o andamento dos processos.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado**, foi dada a palavra ao Senhor **Embaixador** para responder. Esclareceu que a AICEP e o Instituto Camões mantêm uma colaboração estreita, pois partilham a mesma tutela (MNE) e, informou que o caminho está a ser feito, nomeadamente, através da criação do estatuto de empresa promotora da língua portuguesa. No que respeita à política dos 3c, referiu que o ensino da Língua Portuguesa como Língua de Herança é importante, e que as empresas portuguesas conseguem promover a Língua Portuguesa como língua internacional fora do espaço tradicional da Diáspora. Sobre a propina, esclareceu que a mesma se destina a sustentar o ensino paralelo da Língua Portuguesa como Língua de Herança e constitui um meio de investimento no ensino, através da compra de manuais e formação de professores. Sobre o protocolo assinado com a Porto Editora, relativo à plataforma de ensino a distância, referiu que o mesmo é ainda muito recente e que, como tal, não existem ainda dados disponíveis sobre a sua utilização. Por fim, sobre a situação dos espoliados, informou que os casos estão a ser acompanhados mas têm faltado recursos humanos para organizar os processos, razão pela qual, não tem ainda números disponíveis.

Terminada a intervenção do Senhor **Embaixador**, foi dada a palavra à Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)**, a qual cumprimentou o Senhor **Embaixador**, desejando-lhe um bom mandato. Começou por lembrar que o direito à educação constitui um direito previsto na CRP, pelo que, o Estado está obrigado a assegurar o ensino da Língua Portuguesa também no estrangeiro. Referiu que o seu Grupo Parlamentar não concorda com a utilização da propina como um meio para a sustentabilidade desse

ensino. Nessa medida, é entendimento do seu Grupo Parlamentar existir uma violação desse princípio constitucional, tendo aquele já apresentado diversas propostas para revogar essa propina, as quais não foram acolhidas por PS, PSD e CDS. Lembrou também que, sendo a propina destinada à compra de manuais, estes têm sido entregues com atraso, dando como exemplo que, em novembro os mesmos ainda não tinham chegado aos alunos. Sobre a rede EPE, referiu que existe uma diminuição do número de alunos de horários escolares e do número de professores e que o seu Grupo Parlamentar vê com preocupação, a concomitante acumulação de horários escolares, obrigando os professores a estarem presentes em diversas cidades e a desdobrarem-se por diversas turmas. Consideram igualmente preocupante a existência de turmas mistas, nas quais tomam lugar alunos com diversos níveis de aprendizagem. Nessa medida, questionou sobre como é possível conciliar o objetivo de promoção da Língua Portuguesa com a existência destas turmas mistas e se o Instituto Camões possui recursos humanos suficientes para cumprir a sua missão?

Terminada a intervenção da Senhora **Deputada**, foi dada a palavra ao Senhor **Embaixador** para responder, referindo ser prioridade do Instituto Camões a promoção da Língua Portuguesa. Mencionou que o valor das taxas de frequência ou propinas, previstos na Portaria n.º 102/2013 de 11 de março, ascende a uma receita anual de 1 milhão de euros, sendo aplicada e atividades de ensino, existindo também um esquema de preocupação de índole social, nas situações em que o encarregado de educação se encontre desempregado, casos em que é diminuída ou é mesmo aplicada uma isenção. Referiu que o pagamento propina produz um efeito muito positivo pois obriga à assiduidade do aluno e esclareceu que o atraso na entrega dos manuais se deve ao facto de a receita das propinas ter sido entregue com atraso.

Terminada a intervenção do Senhor **Embaixador** foi dado início à segunda ronda de perguntas dos Senhores Deputados.

Tomou a palavra o Senhor **Deputado Carlos Gonçalves (PSD)** para referir que a plataforma de ensino à distância foi apresentada há um ano e ainda não existem números sobre a sua utilização, lembrando que a mesma foi desenvolvida por uma empresa privada. Nessa medida, referiu que a propina foi introduzida por causa da austeridade. Não existindo agora austeridade questionou sobre se a propina está a ser utilizada para pagar o funcionamento da referida plataforma? Referiu também que o no

Luxemburgo a Língua Portuguesa não pode ser tratada apenas como uma língua de emigrantes e que, em França tal não acontece, porque aquela já possui certificação.

Em seguida, tomou a palavra a Senhora **Deputada Ana Passos (PS)** a qual cumprimentou o Senhor **Embaixador**, desejando-lhe um bom mandato, colocando uma questão sobre quais são os programas de bolsas de estudo que já estão implementados e que universo abrangem.

Posteriormente, tomou a palavra a Senhora **Deputada Maria Rola (BE)**, cumprimentando o Senhor **Embaixador** e desejando felicidades para a realização do seu mandato. Em seguida, referiu, a discordância do seu Grupo Parlamentar em relação às opções tomadas no passado sobre o financiamento da rede EPE, enfatizando que a cobrança de uma propina nessa rede é um fator que cria desigualdade no acesso ao ensino da Língua Portuguesa como língua materna. Sobre a prestação de trabalho em regime de comissão de serviço, referiu não existirem quaisquer vantagens na vinculação dos docentes através deste regime, uma vez que, a sua renovação está dependente da existência ou não de alunos e de turmas suficientes para os docentes poderem ter trabalho. Sobre o gozo do direito à parentalidade, reforçou o entendimento do seu Grupo Parlamentar de que existe uma situação de desigualdade entre os docentes que exercem as suas funções em território português e aqueles que o fazem no estrangeiro. Nessa medida, entende o seu Grupo Parlamentar, existirem direitos básicos laborais que estão a ser violados e que, nessa medida, a Secretaria de Estado para a Igualdade e Cidadania deveria pronunciar-se sobre esta matéria.

Seguidamente, tomou a palavra o Senhor **Deputado Carlos Páscoa (PSD)**, para referir que na Comissão n.º 3 da Assembleia Parlamentar da CPLP, foi discutido o ensino da Língua Portuguesa, sendo dado ênfase ao programa de ensino na Guiné Equatorial, dado o compromisso que este Estado-membro assumiu aquando da sua entrada na CPLP. Informou que, no presente, apenas 100 alunos estão a aprender a Língua Portuguesa, devido a um protocolo assinado com o Brasil. Nessa medida, questionou se Portugal possui algo semelhante e qual a posição do Senhor Embaixador sobre o Programa Pessoa.

Posteriormente tomou a palavra a Senhora Deputada **Joana Lima (PS)**, cumprimentando o Senhor **Embaixador** e desejando felicidades para a realização do

seu mandato. Perguntou como é que o Instituto Camões pretende aumentar a visibilidade das ações que leva a cabo e qual é opinião do Senhor **Embaixador** sobre a fusão entre o Instituto Camões e o IPAD.

Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados, foi dada a palavra ao Senhor **Embaixador** para responder. Referiu que ainda não tem dados sobre a utilização da plataforma e sobre a receita mais que irá disponibilizá-los quando os tiver. Referiu que a decisão de pôr fim ao ensino integrado da Língua Portuguesa partiu do governo luxemburguês, cabendo a Portugal procurar encontrar uma solução de compromisso, existindo as três modalidades de ensino no Luxemburgo. Sobre as bolsas de estudo, referiu existirem várias modalidades, nomeadamente a Fernão Mendes Pinto, sendo atribuídas para o estudo da língua em território português e no estrangeiro, comprometendo-se a enviar os números relativos às bolsas de estudo. Não prestou qualquer esclarecimento adicional, sobre as perguntas colocadas pela Senhora **Deputada Maria Rola (BE)**, remetendo para a explicação dada anteriormente às questões colocadas pelo Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)**. Sobre a Guiné Equatorial respondeu que Portugal vai respondendo aos pedidos que lhe são remetidos mas compete àquele país fazer os esforços necessários para que a Língua Portuguesa seja ensinada. Lembrou que a ação cultural do Instituto Camões chega a 75 países numa média de 4 eventos por dia, procurando no ano de 2018 ter ainda mais visibilidade através da presença em feiras do livro. O trabalho para melhorar a visibilidade também está a ser feito através da disponibilização do portal em castelhano e mandarim. Sobre a fusão referiu que é necessário desenvolver o trabalho de igual forma nas diferentes áreas da cooperação, cultura e Língua Portuguesa, aproveitando as sinergias que podem ser criadas entre estas três áreas.

Terminada a segunda ronda, foi dado início à primeira terceira ronda de perguntas dos Senhores Deputados.

Tomou a palavra a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)**, para referir que os recursos disponíveis têm vindo a diminuir, nomeadamente, no âmbito dos agentes de cooperação e professores e que no âmbito da cooperação foi apresentado um relatório da Aid Watch que demonstra as dificuldades sentidas pelas ONG. Este cenário irá mudar em 2018? Sobre a apresentação do programa de ação cultural externo questionou sobre o papel que os centros culturais devem ter na divulgação da cultura e da língua.

Em seguida, tomou a palavra a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)**, cumprimentado o Senhor Embaixador e questionando sobre a existência de programas de cooperação com Angola. Sobre o fundo referente aos espoliados das ex-colónias referiu eu o Senhor Embaixador não tinha respondido à questão que havia sido colocada sobre o andamento dos processos, pois tendo já decorrido 40 anos, não é crível que os referidos processos ainda não tenham sido organizados, sendo esta uma questão premente, uma vez que, pelo decurso do tempo referido as pessoas visadas vão falecendo sem que esta questão seja encerrada.

Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados, foi dada a palavra ao Senhor **Embaixador** para responder. Referiu que a situação de recursos humanos não é a ideal mas considera ter os recursos financeiros e humanos suficientes para atingir os objetivos propostos. Em relação à ajuda ao desenvolvimento esclareceu que o financiamento aumentou. Considera que no âmbito da ação cultural externa os centros culturais das embaixadas desempenham um papel muito importante. Sobre a situação de cooperação com Angola referiu que existem projetos em curso e em desenvolvimento, não existindo, no entanto, um plano estratégico para o futuro, estando disponível para informar quais são os projetos que estão em curso. Sobre os espoliados esclareceu que o Instituto Camões está a organizar os processos, pelo que, não dispõe de números em concreto para dar uma resposta à Senhora Deputada.

Terminada a intervenção do Senhor **Embaixador**, o Senhor **Presidente** agradeceu a sua presença e deu por finda a primeira parte da reunião.

No segundo ponto da ordem do dia, o Senhor **Presidente** deu nota das informações gerais, referindo a disponibilidade do Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas para vir à CNECP no dia 7 de fevereiro de manhã, tendo ficado acordado que a reunião deveria ter início às 11 horas. Foi também referida a possibilidade de agendamento da audição do Senhor Presidente da AICEP para 6 de março, tendo a mesma ficado prevista para as 15 horas. Lembrou que terá lugar em Sófia, de 15 a 17 de fevereiro, uma conferência interparlamentar no âmbito da PESC/PCSD, cabendo a liderança da delegação parlamentar portuguesa à 3.ª Comissão (CDN), questionando quem estaria disponível para representar a Comissão. Foi decidido pela Comissão que deveriam compor a delegação a AR os Senhores Deputados Sérgio Azevedo (PSD) e

Gabriela Canavilhas (PS). Informou que a Moldávia solicitou, por ocasião da celebração dos 25 anos do estabelecimento de relações diplomáticas com Portugal, a realização de uma exposição fotográfica, a ter lugar na Assembleia da República, tendo a Comissão dado assentimento à realização da mesma. Informou também que o Senhor Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Polónia, Deputado Bruno Vitorino, solicitou uma reunião com a CNECP e CAE, no dia 31 de janeiro, pelas 10h30, com uma delegação polaca. O Grupo Parlamentar do PSD informou que não poderia estar presente na referida reunião. Por fim, referiu que a Força Aérea manifestou disponibilidade para receber os Deputados da CNECP no Comando Aéreo de Monsanto e na Base Aérea n.º 5, em Monte Real (em datas separadas), tendo sido enviado convite aos Deputados da 3.ª Comissão. Ficou acordado que as visitas deverão decorrer em duas terças-feiras.

No terceiro ponto da ordem do dia foi apresentado o relatório da **Proposta de Resolução n.º 59/XIII/3.ª**, pelo Senhor **Deputado Rui Silva (PSD)**, tendo o mesmo sido aprovado com os votos favoráveis dos Grupos Parlamentares do **PSD, PS, BE, CDS e PCP**.

No quarto ponto da ordem do dia foi apresentado o relatório da **Proposta de Resolução n.º 60/XIII/3.ª**, pela Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)**, tendo o mesmo sido aprovado com os votos favoráveis dos Grupos Parlamentares do **PSD, PS, BE, CDS e PCP**.

No quinto ponto da ordem do dia foi apresentado o relatório da **Proposta Conjunta de Decisão do Conselho JOIN (2017) 40**, tendo o mesmo sido aprovado com os votos favoráveis dos Grupos Parlamentares do **PSD, PS, BE e CDS**. O Grupo Parlamentar do **PCP** encontrava-se ausente.

No sexto ponto da ordem do dia foi aprovado o parecer da comissão dando assentimento à criação do Grupo Parlamentar Multilateral, sendo aprovado com os votos favoráveis dos Grupos Parlamentares do **PSD, PS, BE e CDS**. O Grupo Parlamentar do **PCP** encontrava-se ausente.

No sétimo ponto da ordem do dia foi apresentado o Requerimento proposto pelo Grupo Parlamentar do PS para audição do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre

a Base das Lages, no que respeita às ações de descontaminação efetiva e à apresentação de um calendário realista para a sua concretização, sobre as relações transatlânticas entre os dois países, em particular, conhecer os desenvolvimentos resultantes da 38.ª sessão da Comissão Bilateral Permanente, que teve lugar em 14 de dezembro de 2017 em Lisboa.

O senhor **Deputado Filipe Lobo D'Ávila** pediu a palavra para mostrar a sua concordância com o conteúdo do requerimento apresentado concorda e sugeriu que a vinda do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros fosse aproveitada também para obter mais esclarecimentos sobre candidatura da Base das Lajes à localização do novo comando da Organização do Tratado do Atlântico Norte para o controlo das rotas marítimas no Atlântico.

A sugestão foi acolhida pelo Grupo Parlamentar do PS proponente e o requerimento foi aprovado com os votos favoráveis dos Grupos Parlamentares do **PSD, PS, BE e CDS**. O Grupo Parlamentar do **PCP** encontrava-se ausente.

No oitavo ponto da ordem do dia foram distribuídas as iniciativas legislativas que baixaram à Comissão, sendo elas: as **Propostas de Resolução n.º 61/XIII/3.ª, n.º 62/XIII/3.ª e Resolução n.º 63/XIII/3.ª**. As referidas Propostas de Resolução foram distribuídas aos Senhores **Deputados Ana Passos (PS), Pedro Filipe Soares (BE) e Ângela Guerra (PSD)**, respetivamente.

No nono ponto da ordem do dia foi distribuído e nomeada autora do Parecer sobre a Contra Geral do Estado de 2016, a Senhora **Deputada Maria Rola (BE)**. Foi acordado que este Parecer fosse aprovado em reunião a ter lugar no dia 31 de janeiro de 2018, às 14 horas e 30 minutos.

No décimo ponto da ordem do dia foram aprovadas as Atas n.º 104/XIII/3.ª e 106/XIII/3.ª, sendo adiada a votação da Ata n.º 105/XII/3.ª.

Inexistindo outras questões a abordar pelos Senhores Deputados, foi terminada a ordem do dia.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A presente reunião foi gravada em áudio podendo o registo áudio ser consultado [aqui](#) e [aqui](#).

A reunião foi encerrada pelas 17 horas e 35 minutos, sendo dela lavrada a presente ata, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de fevereiro de 2018,

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Filipe Lobo D' Ávila
Gabriela Canavilhas
Joana Lima
João Oliveira
José Cesário
Lara Martinho
Maria Manuel Rola
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite
Rui Silva
Sérgio Sousa Pinto
Berta Cabral
Carla Sousa
Fernando Jesus
Pedro Filipe Soares
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Isabel Santos
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 20 de fevereiro de 2018.